

Vestir a cidade de festa: a Festa do Divino Espírito Santo segundo os dossiês de registro do patrimônio cultural

Dress up the city with the party: the Divine Holy Spirit Feast according to the cultural heritage registration dossiers

Patrício Pereira Alves de Sousa

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, com atuação no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER-CEFET/RJ).

E-mail: patricio.sousa@cefet-rj.br

Ingrid Moreira de Souza

Técnica em Alimentos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Foi bolsista de iniciação científica pelo Programa Jovens Talentos para a Ciência da FAPERJ.

E-mail:

imsouza024@gmail.com

Resumo

Este artigo debate como as cidades de Paraty (RJ) e Pirenópolis (GO) são trajadas pelas festas do Divino Espírito Santo, encaminhando um debate sobre como os corpos vestidos para a celebração e o conjunto de materialidades que ornamentam a festa revestem as referidas cidades patrimoniais. Nossa atenção se voltou para as vestimentas enquanto materialidades resultantes e geradoras de formas de sociabilidade que aparecem descritas e interpretadas nos dossiês de registro dos bens intangíveis do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A análise de conteúdo, procedimento metodológico adotado, dirigiu a pesquisa em resposta às seguintes perguntas: os Dossiês de Registro da Festa do Divino foram elaborados “para dizer o quê?” e “como disseram aquilo que se propuseram dizer?”. As problematizações realizadas permitem pensar, desse modo, como a festa veste a cidade patrimônio e como dois diferentes sentidos de materialidade convivem para o IPHAN e para as referidas cidades.

Palavras-chaves: Vestimenta. Festa. Cultura material. Patrimônio cultural. Cidade.

Abstract

This article discusses how the cities of Paraty (RJ) and Pirenópolis (GO) are attired in the Divine Holy Spirit Feast, leading to a debate on how the bodies dressed for the celebration and the set of materialities that adorn the party cover the aforementioned heritage cities. Our attention turned to garment as materialities resulting from and generating forms of sociability that appear described and interpreted in the registration

content analysis, the methodological dossiers of intangible assets of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN). procedure adopted, directed the research in answer to the following questions: the Registration Dossiers of the Divine Holy Spirit Feast were prepared “to say what?” and “how did they say what they proposed to say?”. The problematizations carried out allow us to think, in this way, how the party dresses the heritage city and how two different senses of materiality coexist for IPHAN and for the aforementioned cities.

Keywords: Garment. Celebration. Material culture. Cultural heritage. City.

Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal que recebeu diferentes denominações ao longo do tempo, atua desde a década de 1930 na preservação de bens materiais de destaque na cultura brasileira. A partir dos anos 2000, a instituição ampliou suas ações para o registro de bens imateriais, buscando viabilizar a continuidade de práticas culturais pelo país. Para tanto, quatro Livros de Registro foram criados: o de Saberes, o de Celebrações, o de Formas de Expressão e o de Lugares. Nos dossiês que compõem esses livros, uma série de manifestações festivas, artísticas e religiosas e um conjunto de saberes e modos de fazer foram descritos por especialistas que destacaram as singularidades e justificaram as razões para o reconhecimento dos bens patrimoniais.

Embora nos dossiês esses bens sejam reconhecidos por seus valores intangíveis, eles incluem e focalizam elementos de natureza material, tais como instrumentos musicais, objetos de celebração e indumentárias cerimoniais. Assim, na descrição que é feita dos rituais, festas, práticas religiosas, espaços sagrados, vestimentas e técnicas de feitura de alimentos nos Livros de Registro, os objetos ganham agência, sendo compreendidos não apenas como um artefato único que atravessou décadas e séculos após ter sido produzido, a exemplo de obras artísticas ou construções arquitetônicas que necessitam de preservação para que não se deteriorem fisicamente. Nesse caso, trata-se de materialidades que são

permanentemente reconstruídas, reelaboradas e reinventadas em suas existências físicas, mas que se conservam num quadro de tradições e inovações de modos de saber e fazer. Dito de outro modo, aqui importa mais as técnicas produtivas e o mundo de significados do que o valor do objeto enquanto único e irreprodutível.

Considerando esse panorama, a pesquisa ora comunicada foi elaborada a partir do interesse de compreender como elementos da cultura material ganham relevância e são significados nas políticas de patrimônio intangível. Mais especificamente, nossa atenção se voltou para as vestimentas enquanto materialidades resultantes e geradoras de formas de sociabilidade que aparecem descritas e interpretadas nos dossiês de registro do patrimônio intangível. No caso, mais do que uma tentativa de compreensão direta de como as indumentárias, fantasias e trajes são concebidos, confeccionados e utilizados pelas chamadas culturas populares, nos interessa o modo como o corpo técnico e de especialistas relacionados ao IPHAN compreende que os sujeitos participantes de uma determinada festividade significam suas vestimentas cerimoniais.

Dentre os quatro Livros de Registro de bens intangíveis do IPHAN, optamos por analisar o de Celebrações, por concebermos que nele as vestimentas estariam mais detalhadamente citadas e descritas. Num outro recorte que se tornou necessário, em função do volume de celebrações que consta no livro, selecionamos dois dos 14 dossiês que o compõem. Assim, dentro de um conjunto de celebrações que englobam, dentre outras, festas como a do Círio de Nazaré e a do Senhor do Bonfim, optamos por analisar os dois dossiês de registro das festas Divino Espírito Santo: a de Paraty, no estado do Rio de Janeiro; e a de Pirenópolis, no estado de Goiás. Essa estratégia tomada na formulação da pesquisa considerou realizar uma análise comparativa, potencializando assim a visualização de como dois grupos de especialistas ligados ao IPHAN concebem o lugar da vestimenta cerimonial dentro do conjunto de elementos que compõem as celebrações que, conforme aquela instituição, são destacadas no cenário da cultura nacional.

A pesquisa, tal como proposta, se vinculou, desse modo, ao campo da Geografia das Vestimentas, especialmente em sua vertente mais contemporânea que, conforme Maia (2015), vem se ocupando de problematizar o modo como as roupas, fantasias, indumentárias, trajes e uniformes, quando colocados em uso pelos sujeitos, demarcam

formas específicas de espacialização, simbolização e socialização. Nesse movimento, os modos de vestir, ao se diferenciarem conforme os espaços e ao singularizarem os lugares, mais do que apenas responderem a uma vinculação entre o ser humano e seu ambiente climático, geram também implicações de relacionamento social que configuram tensões e hierarquizações envolvendo questões de classe, gênero, sexualidade, geração, raça e etnicidade, além de outros elementos identitários relacionados ao campo das tradições e dos costumes.

Ao examinar os dossiês identificamos, porém, a possibilidade de avanço no campo da Geografia das Vestimentas no Brasil. Para além de considerar como as vestimentas que cobrem os corpos demarcam identidades espacializadas (MOREIRA, 2021), caracterizam diferentes usos dos espaços (TUMA, 2021) e impactam o relacionamento entre pesquisadores/as e pesquisados/as (SOUSA, 2021), vislumbramos a possibilidade de discutir como a cidade é trajada a partir de determinados eventos sociais. A partir dos nossos dados iniciais identificamos, desse modo, a necessidade de uma reformulação da pesquisa. A percepção que tivemos após a primeira leitura dos dossiês nos levou a uma expansão da escala do corpo para a da cidade, fazendo com que além de considerar como os corpos humanos são vestidos, indagássemos também como esses corpos vestidos trajam a cidade, ademais de como a cidade é coberta por outros elementos da cultura material durante a realização da Festa do Divino em Paraty e em Pirenópolis.

Essa nossa concepção foi reforçada quando, ao explorar o conjunto de documentos relacionados ao pedido de inscrição da Festa do Divino de Paraty, nos deparamos com uma fala do então superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, o arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, no vídeo de registro da festa. Ao enfatizar as razões para a inscrição da celebração no Livro de Registro, Andrade, ao comentar uma visita que havia feito para acompanhar as obras de restauração da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, destacou o seguinte:

[...] uma coisa que me surpreendeu muito foi a minha compreensão, súbita, ao ver entrar as bandeiras, a procissão, na igreja; você vê que aquele espaço, ele se ocupa, ele se veste, ele torna a ter sentido com aquela festa. (ANDRADE, 2010, 13 min 20 s, grifo nosso)

Em seus comentários sobre a festa, Andrade salientou ainda que

[...] é uma coisa importante o IPHAN agir no sentido da preservação material, mas é fundamental quando as duas coisas se complementam, não é? A restauração por si só não teria se bastado se a gente não tivesse essa compreensão e não tivesse fazendo esse trabalho de reconhecimento da festa, como patrimônio cultural do Brasil, e que isso dá dimensão à própria cidade, não é? Quer dizer, a forma de ocupar o espaço urbano, o número de procissões que tem, é como a cidade está envolvida, como ela se veste também, não é? O número de símbolos do Divino Espírito Santo espalhado na cidade inteira, as fachadas passam a se vestir para isso. Então, eu acho que, nesse sentido, é fundamental, é como se a gente tivesse terminando uma obra. A obra de restauração e o reconhecimento da festa. (ANDRADE, 2010, 15 min 15 s, grifos nossos)

Assim, interpretar como a cidade é vestida de festa nos pareceu relevante para as críticas teóricas sobre a dinâmica dos patrimônios culturais. Isso porque as duas cidades em que ocorrem os festejos descritos nos dossiês, além de abrigarem bens registrados como intangíveis, são também tombadas pelo IPHAN como bens de natureza material¹. Uma oportunidade de pesquisa que se apresentou foi, então, a de considerar como a materialidade possui diferentes funções nas duas categorias de patrimônio cultural admitidas pela instituição responsável por salvaguardar os bens históricos e artísticos nacionais. De um lado, a materialidade constituinte do patrimônio material possui uma conotação de bem que já possui sua constituição física e os simbolismos a ele atrelados como findados. Uma vez produzidos, cabe a esses bens serem preservados. De outro lado, figuram as materialidades produzidas e manipuladas no presente por grupos que, ao praticarem seus rituais e celebrações, fazem circular objetos e artefatos que ajudam a compor o conjunto patrimonial que sustenta suas manifestações artísticas e culturais.

Considerando esse quadro, indagamos neste artigo sobre o modo como essas duas modalidades de materialidade se relacionam nas políticas patrimoniais do IPHAN, questionando se elas possuem o mesmo *status* e constituição para a instituição e problematizando que implicações há quando essas diferentes materialidades são colocadas em contato. Nessa direção, colocamos como objetivo do artigo debater o modo como os corpos vestidos para a celebração, enquanto fluxos

¹ O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty está inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. n° 17, de 13/02/1958; e n° 63 de, 01/03/1974. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico de Pirenópolis, por sua vez, está inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. n° 105, de 10/01/1990. Já a inscrição da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis no Livro de Registro das Celebrações ocorreu em 13/05/2010 e a da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty em 03/04/2013.

espaciais que se deslocam pelas cidades, e o conjunto de ornamentações (portais, mastros, tecidos, fogos de artifício, perfumes de ervas, etc.) revestem as cidades patrimoniais em que as festas do Divino têm lugar. Estamos interessados, desse modo, em pensar como o patrimônio intangível veste a cidade patrimônio material.

Nas seções seguintes do texto aprofundamos o debate sobre as questões aqui preliminarmente apontadas. No item imediatamente seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos que permitiram a construção da pesquisa. Em seguida, debatemos mais aprofundadamente os conceitos que guiam nossa análise, a saber: patrimônio, festa e vestimenta. Chegaremos, então, à análise dos dossiês de registro das festas do Divino e, por fim, às considerações finais.

1 Procedimentos metodológicos

Além da revisão bibliográfica em torno de conceitos como patrimônio, festa e vestimenta, a pesquisa foi realizada a partir da análise de conteúdo, técnica utilizada para a descrição e interpretação de diversos tipos de documentos e textos. A apropriação que realizamos da análise de conteúdo foi feita a partir das proposições teórico-metodológicas de Bardin (1977), Moraes (1999) e Rocha e Deusdará (2006), admitindo as consonâncias e dissonâncias entre esses autores.

A esse respeito, vale destacar que consideramos tanto as mensagens verbais quanto imagéticas que aparecem nos dossiês de registro do IPHAN. Pontuamos também que foi através do sítio eletrônico da instituição que tivemos acesso aos dossiês. Nessa consulta, identificamos que outros materiais relacionados ao registro das Festas do Divino de Paraty e Pirenópolis, como pareceres técnicos e vídeos, também estavam disponíveis. Optamos, porém, por restringir nossa análise aos dossiês, por compreender que os demais documentos extrapolariam nosso escopo de pesquisa e exigiriam outras metodologias para análise.

A análise de conteúdo dirigiu o sentido da pesquisa em respostas às perguntas que realizamos, sendo elas: os dossiês de registro da Festa do Divino foram elaborados “para dizer o quê?” e “como disseram aquilo que se propuseram dizer?”. Tendo como foco o modo de aparecimento das vestimentas e coberturas em relação às cidades,

dividimos as etapas da pesquisa em cinco, a saber: preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação do documento textual.

Primeiramente, preparamos o material, etapa em que identificamos as amostras de informação e iniciamos sua codificação. Essa primeira leitura completa dos dossiês foi fundamental para que pudéssemos confrontar seu conteúdo com as nossas intenções de pesquisa. Foi nesse momento que percebemos a potencialidade de expandir a análise da vestimenta dos corpos para a de cobertura das cidades.

Em seguida, realizamos a unitarização, etapa que consistiu na releitura dos materiais com a finalidade de definir as unidades de análise, ou seja, os elementos a serem classificados. Nesse momento pudemos selecionar quais os fragmentos textuais dos dossiês, sejam os verbais ou imagéticos, que efetivamente possuíam relação com os nossos objetivos da pesquisa. Ao proceder dessa forma, codificamos cada unidade. Em termos operacionais, foi nesta etapa que identificamos todas as passagens, em imagens, frases ou parágrafos, que nos dossiês remetiam às vestimentas dos sujeitos festejantes e/ou à cobertura da cidade.

Após esse processo, iniciamos a categorização, operação em que classificamos os elementos das mensagens presentes nos trechos que selecionamos, seguindo critérios previamente determinados a partir dos nossos objetivos. No caso desta pesquisa buscamos identificar quais eram as categorias de referência às vestimentas cerimoniais, tais como “roupa”, “indumentária”, “vestimenta”, “fantasia”, “adorno”, “traje”, “uniforme” e “farda”; além de categorias específicas à Festa do Divino, como “capa”, “coroa” e “insígnias”. Fizemos os mesmos exercícios em relação aos processos de cobertura da cidade, identificando categorias como “enfeite”, “ornamento”, “arquitetura”, “pintura” e “cenário”; bem como as materialidades e formas mais comuns de revestimento da cidade pela Festa do Divino, como “bandeira”, “mastro”, “altar”, “tapete”, “foguete” e “ervas”.

Na quarta etapa realizamos a descrição do material, operação que se caracterizou pela produção de um texto síntese apresentando os diversos significados presentes para as vestimentas e materialidades que cobrem a cidade nos momentos festivos. Foi esse o momento em que pudemos organizar textualmente os significados compreendidos e os intuídos nas mensagens estudadas. Por fim, realizamos a interpretação das mensagens. Foi nesta etapa que buscamos relacionar nossas

reflexões sobre as vestimentas como elemento de distinção social e da festa como evento responsável pela configuração de identidades coletivas com referência nas paisagens urbanas, junto aos elementos que encontramos a partir do exercício de análise dos dossiês.

2 Do patrimônio material ao intangível

Nas últimas décadas, uma série de discussões nas ciências sociais brasileiras tem debatido a formatação da materialidade dos patrimônios culturais. Um conjunto amplo de críticas intelectuais tem indicado como o IPHAN privilegiou em sua trajetória os bens patrimoniais enquanto vestígios de um certo passado nacional. Nesse sentido, como indica Gonçalves (1996), houve na história da instituição um esforço em associar valores e ideias a objetos e espaços para que determinadas versões de passado fossem consagradas, apontando assim, também, para as versões hegemônicas de nacionalidade que teríamos no presente e no futuro. Nessa construção ficcional que mobilizou corações e mentes para abranger aquilo no que se constituiria a identidade brasileira, o patrimônio nacional acabou por ser reificado a partir de critérios estético-estilísticos que elegeram poucos caracteres do território e povo do Brasil como representantes da nação, sendo privilegiados os valores, a arte, a arquitetura e os espaços urbanos barrocos e coloniais (CHUVA, 2009; MOTTA, 1987). Assim, nas palavras de Rubino (1996, p. 98),

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes.

Nessa invenção de um Brasil histórico, geográfico, artístico, etnográfico e arqueológico foram consagradas versões de identidade em que cabiam poucos sujeitos. A visita aos bens patrimoniais fomentadas pelos programas educativos e de turismo têm se constituído, por esse motivo, numa visita à nação que, metonimizada nas obras artísticas e arquitetônicas, permite com que poucos sujeitos possam se reconhecer na materialidade morta do passado e nos vestígios da história do país.

As políticas de patrimônio imaterial surgiram, no alvorecer do século XXI, como promessas da expansão das representações identitárias a partir dos patrimônios

(ABREU, 2012). Ao considerar as práticas culturais de grupos sistematicamente colocados fora do escopo da nação, a exemplo de povos negros, indígenas, ribeirinhos e de práticas da religiosidade popular, novos sentidos de materialidade surgiram no cenário patrimonial (OLIVEIRA, 2008). A novidade com esse contexto é que além das “paisagens congeladas” do patrimônio colonial e barroco foram também agregadas as interações mítico-ritualísticas das celebrações e fazeres populares. Podemos sugerir, desse modo, baseando-nos em Maia (2011), que as políticas de patrimônio imaterial atuam num descongelamento das paisagens memoriais. Ao reconhecer o valor da emoção e da afetividade das práticas ritualísticas dos sujeitos, o IPHAN passa a considerar outras lógicas dos grupos culturais para lidar com os seus espaços e crenças, expandindo assim os significados de patrimônio, história, arte e mesmo de nacionalidade para a instituição.

3 Paisagens festivas e vestimentas cerimoniais

Estudar as paisagens e seus simbolismos permite identificar as conexões entre as espacialidades e a cultura e, conseqüentemente, a sociedade. A paisagem é uma “maneira de ver”, sendo também uma forma de compor e harmonizar o mundo em uma unidade visual (COSGROVE, 2012). Nas diversas paisagens do cotidiano, comportamentos e divisões sociais acontecem isoladamente, de forma que são naturalizados para participantes de um grupo e despercebidos por outros.

Em relação às festas populares, elas configuram paisagens nas quais esses aspectos sociais se tornam notáveis (MAIA, 1999). Desse modo, heranças e mudanças sociais fazem parte não só de situações cotidianas, como também festivas.

Assim, a observação das festas em suas diferentes dimensões enriquece a análise da sociedade e de suas espacialidades. Dentre essas dimensões observáveis, está a de tempo. Em concordância com Maia (1999), podemos compreender a temporalidade nas cerimônias a partir de seu carácter histórico e tradicional, considerando a participação das pessoas na conservação dos hábitos e legados. A temporalidade não se restringe, porém, à repetição de práticas e contextos, mas comporta também a modernização dos rituais e o surgimento de novas tradições. Essa dimensão provoca, portanto, o surgimento de um universo para além da realidade e

dos problemas cotidianos, marcando “[...] uma ruptura no tempo ‘ordinário’, instaurando um tempo ‘reversível’ e sempre renovado no qual o evento [...] de novo acontece” (SANT’ANNA, 2013, p. 21), e proporcionando, ao homem que “sofre” o ano todo com o exaustivo trabalho, lazer e fruição.

Ademais, ao transplantar as pessoas da sufocante realidade, as festas apresentam-se como lugares de socialização entre diferentes grupos, com a suavização das barreiras sociais presentes no dia a dia. Ou seja, como explica Cavalcanti (2013, p. 13), a festa em si

[...] seria uma forma excepcionalmente rica da experiência humana partilhada que pode tanto assumir papel de acontecimento legitimador de uma ordem social vigente, numa série de efeitos catárticos, quanto ser veículo para um posicionamento questionador por meio de teatralizações, paródias e sátiras com efeitos transformadores na realidade mais ampla, organizando novas sociabilidades e ações coletivas derivadas.

Além do tempo, a dimensão espacial possui características igualmente marcantes no âmbito festivo, auxiliando na demarcação do ambiente cerimonial e na propagação do simbolismo ritual. A mudança de “cenário” nas celebrações acontece no espaço central da festa e em todo o seu entorno, e em algumas vezes, como na Festa do Divino, Carnaval e Folias de Reis, expandem-se às casas dos participantes, que, como explicado por Maia (1999), tornam-se ateliês de costura e espaço de ensaios nos quais se confecciona as vestimentas e se ensaia as encenações. Por outro lado, a espacialidade possui um poder além da celebração, já que, durante as festas, são montados diversos pontos temporários de comercialização e entretenimento. Apesar de diversas festas se constituírem como celebrações religiosas, muitas delas são marcadas pela presença de barracas de roupas, objetos e comidas, e de palanques para a realização de shows. Deste modo, nota-se que o espaço cerimonial, por ser aberto para a participação não só de membros religiosos como também dos demais grupos, influencia no desenvolvimento turístico e econômico da cidade, atraindo públicos diversos e aumentando o fluxo interacional.

Em cada manifestação festiva se fazem presentes diversas características que diferenciam as festas entre si. Dentre elas estão as vestimentas que, a princípio, objetivam cobrir a pele como forma de proteção corpórea. Socialmente, no entanto, elas simbolizam muito mais que um objeto útil para a sobrevivência. Como explicitado por Maia (2015), a simples separação de “roupa de andar em casa” e “roupa de sair”

permite uma significação da vestimenta como algo mais que a de cobertura do corpo, já que ao cobri-lo comunicamos uma mensagem social. Com isso, as roupas se tornam uma demonstração de identidade, classe, profissão e dos locais que a pessoa frequenta. Nesse âmbito, as vestimentas ultrapassam as linhas do tecido e englobam odores, ornamentos, cosméticos e penteados. Assim, todos esses aspectos que o corpo carrega expõem sobre as espacialidades humanas.

Dessa forma, quando se trata de espaços cerimoniais, as vestimentas transmitem não só o significado que aquela ocasião tem para as pessoas, como também a posição delas como participantes. Aos participantes ativos, que “fazem a festa”, a roupa “dá significado ao seu utilizador ao definir, neste caso, como um dos atores centrais da encenação” (CURADO; LÔBO, 2021, p. 206), delimitando seu papel na manifestação, obtendo um simbolismo maior e mais específico. Esse comportamento é muito presente na Festa do Divino Espírito Santo:

No campo de Cavalhadas, em Pirenópolis, a distinção pode ser percebida pelo espião vestido de onça relembrando o espaço cerradense. O brilho, as cores e adereços existentes nas roupas dos cavaleiros dão o significado que estes precisam para realizar suas performances enquanto cavaleiros mouros ou cristãos. O azul e suas variadas tonalidades junto com o branco fosco ou prateado remetem ao que se entende coletivamente por cavaleiro cristão. O cavalo, quase uma continuação do corpo do cavaleiro, completa a vestimenta, este tem também que portar as cores e peças específicas – mantas, flores, chapas metálicas, cachaceiras (adereço que cobre a crina do cavalo), rabeira (adereço que fica na anca do animal e que possui fitas que engrossam o rabo) para dar sentido ao personagem. Do mesmo modo, o vermelho, preto e dourado identificam os cavaleiros mouros. (CURADO; LÔBO, 2021, p. 206)

Entretanto, a mudança dessas vestimentas cerimoniais não é, de fato, desconsiderada. Em uma pesquisa de campo sobre a festa do Congado realizada em Minas Novas-MG, Sousa (2021, p. 175) notou que

[...] estava ocorrendo uma mobilidade na sua composição entre a localização dos membros do sexo feminino e os do sexo masculino. Duas das componentes do grupo deixaram de trajar os saiões tradicionalmente utilizados pelas mulheres, migrando para a parte ulterior do grupo, onde se tornaram instrumentistas e puxadoras dos versos que abrem cada música das festividades.

Nesse caso, nota-se que ao substituírem os saiões, as mulheres também trocaram de atividade dentro da festa provando mais uma vez como a vestimenta influencia no posicionamento do participante na festa.

Nota-se, portanto, como as vestimentas e as festas estão diretamente conectadas com a cultura, principalmente quando falamos de espacialidade. Na interpretação dos dossiês expostas nos tópicos seguintes do texto, apresentamos como o conjunto de especialistas relacionado ao IPHAN percebe essa conexão entre vestimenta cerimonial e as espacialidades e de como essas indumentárias extrapolam a dimensão do corpo para trajar toda a cidade.

4 A Festa do Divino vestindo Paraty e Pirenópolis

Comemorada no ciclo pascal, com culminância no Domingo de Pentecostes, a Festa do Divino Espírito Santo é umas das mais antigas celebrações do catolicismo popular brasileiro. Realizada em diversas regiões do país, a festa desempenha importância destacada não apenas para os seus festeiros, como também para moradores das cidades nas quais a festa tem seu lugar. No âmbito religioso, a festa apresenta um circuito de dádivas, configurando uma celebração de agradecimento aos feitos do Divino durante o ano. Em seu caráter social, a festa aproxima foliões e expectadores num só propósito: devotar o Espírito Santo. Dessa forma, as relações são expandidas e fortificadas antes, durante e após o período das festas.

Nas mais diferentes localidades em que o rito se faz presente, permanece a narrativa de que a Festa do Divino ocorre no Brasil enquanto herança portuguesa e cristã. Os cruzamentos simbólicos geraram, no entanto, performances rituais e festivas muito distintas que, apesar das similaridades cerimoniais, se “lugarizam” pelo amplo e diversificado território brasileiro. Como traço elementar, as festas costumam apresentar em seus rituais a arrecadação de esmolas, a realização de novenas, o levantamento de mastros, a instauração de um Império do Divino e o oferecimento de almoços coletivos. Mantêm-se também nas festas o caráter comum de celebração da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e Nossa Senhora. Dentre as festas mais conhecidas do país, estão as de Paraty e Pirenópolis, não por acaso patrimonializadas e das quais passamos a analisar os seus dossiês de registro.

4.1 Análise interpretativa do Dossiê da Festa do Divino de Paraty

O primeiro dossiê selecionado, da Festa do Divino de Paraty, foi elaborado entre 2008 e 2009 por Livia Ribeiro Lima, antropóloga e servidora pública federal do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, sendo apresentado em seguida, em 2010. Participaram da etapa de pesquisa histórica Priscila Falci e Simone Silva. O dossiê possui o total de 113 páginas, divididas em três capítulos com, respectivamente, três, quinze e dois tópicos, além da apresentação e referências.

O primeiro capítulo conta com a apresentação histórico-geográfica de Paraty, contextualizando a festa no tempo e no espaço. Com isso, imagens da cidade “nua” ou com seu revestimento cotidiano, fora do contexto festivo, são inseridas, juntamente com fotografias de participantes no passado. Nesse momento, também se evidencia a forma como a preservação da cidade e da festa é responsabilidade dos moradores de Paraty, que por gerações dão continuidade às celebrações.

Há várias gerações a população frequenta as mesmas igrejas, vê os mesmos objetos litúrgicos em uso e percorre em procissão as mesmas ruas, exercendo a religiosidade, aparentemente, da mesma forma que seus antepassados. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 09)

Essa centralidade que a festa possui entre os paratienses reforça, então, o vínculo dos foliões e festeiros do Divino com seu espaço, construindo identidades e fazendo com que eles reconheçam suas paisagens e festejos como patrimônios vivos.

Na cidade de Paraty, importante sítio histórico tombado desde a década de 1950, a Festa do Divino participa, então, da construção da “identidade” de lugar e de território para seus habitantes, ao considera[r]mos a dinâmica de ocupação e de uso do espaço, que remete à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças e aos hábitos. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 06-07)

O segundo capítulo, por sua vez, dedica-se à explicação detalhada de cada acontecimento festivo, apresentando as narrativas de diversos festeiros paratienses sobre a preparação e celebração da festa. Assim, são recuperados desde os eventos de venda de biscoito no decorrer do ano para arrecadação de dinheiro, até o almoço no sábado da Festa. Nesse capítulo tornam-se nítidos os significados e as motivações da festa para os participantes, fazendo-se presentes imagens da preparação, ornamentação e realização do evento. Nele são também explicitados como a população e a movimentação social são importantes para o acontecimento festivo. A partir disso, é possível vislumbrar como o povo é a festa e a festa é o povo, “porque as famílias de

Paraty, todas elas tem envolvimento com a Festa, a maioria delas já fez a festa, outras famílias ajudam na preparação da Festa, outras pessoas ajudam no preparo do almoço” (DOSSIÊ IPHAN - FESTEIRO, 2010, p. 33).

O terceiro e último capítulo do dossiê tem foco na síntese e no encontro dos inúmeros patrimônios presentes em Paraty, além de abordar o processo de registro e inscrição da festa como patrimônio imaterial. Nesse capítulo final, nota-se a grande diversidade de riquezas culturais presentes na cidade, desde as arqueológicas até as intangíveis, e como Paraty se reinventou ao longo do tempo.

A cidade acompanhou as transformações políticas e sociais que advieram com o reconhecimento. Por um lado, a normalização restringiu a intervenção junto ao casario colonial, com o objetivo de preservar o testemunho deste importante capítulo da História do Brasil. E, por outro, as manifestações populares em Paraty tornaram-se especialmente valorizadas enquanto portadoras de uma tradição que reforça a autenticidade da vida histórica. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 97)

No texto em geral, o registro da festa como patrimônio é justificado pela “antiguidade da Festa do Divino, sua originalidade e excepcionalidade”. Além disso, para a assessora do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Mônica da Costa, o dossiê é

[...] resultado do esforço coletivo de paratienses que elegeram essa manifestação como referência de sua cultura e identidade. [...] Ao identificarem a antiguidade e a singularidade da Festa do Divino como elementos particularmente significativos, os detentores desse bem passam a relacioná-los a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 06)

Essa passagem do dossiê reforça que a Festa do Divino possui uma importância tanto religiosa quanto social, visto que a população de Paraty se une e se mobiliza para fazê-la acontecer.

Durante a análise interpretativa do dossiê, foi possível perceber, tanto de forma verbal quanto imagética, que o texto considera essencial diversas representações de vestimentas. Além de que, quando detalhadas, suas características materiais são seguidamente acompanhadas pela indicação de seu valor imaterial e representacional na festa. Desta forma, a vestimenta raramente é citada unicamente como aparato, visto que são considerados sempre seus valores simbólicos. Um exemplo dessa observação encontra-se no capítulo inicial, em que os trajes e indumentárias são citados como importantes elementos na composição das cerimônias e como objetos evocadores dos sentimentos de devoção e alegria:

[...] os irmãos percorriam as ruas da cidade vestidos com suas [r]o[u]pas de gala, carregando cruces, bastões de prata e andores ricamente ornamentados que sustentavam a imagem dos santos cheios de jóias, juntamente com danças de mascarados, numa mistura inseparável entre manifestações de devoção e divertimento público. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 15)

Por esse ângulo, nota-se uma significativa presença de simbolismos ligados aos indumentos na cerimônia. Exemplo disso são os usos da bandeira, que aparecem repetidamente no decorrer do documento. Esse objeto apresenta-se como um elemento de materialização do Espírito Santo, obtendo inúmeros significados quando inserido na festa. Sua passagem mais marcante e simbólica ocorre durante as visitas das folias às casas da cidade, momento no qual o simples fato de tocar a bandeira reanima doentes e renova as energias da casa. “Nela penduram-se os mais variados objetos como fotografia, pedidos escritos, fitas, velas, peças de vestuário, como símbolos de graças alcançadas” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 56).

Ao longo do dossiê podemos perceber dois tipos de significados para o termo “vestir”: o vestir corporal e o vestir a cidade, ambos encerrando dimensões tanto da cultura material quanto da imaterial.

O vestir corporal está presente de maneira significativa desde o participante passivo que separa sua melhor roupa para ir à festa: “[...] para mim a Festa do Divino era mais esperada que o Natal, era a época de vestir roupa nova e de festar [...]” (DOSSIÊ IPHAN, ENTREVISTADA, 2010, p. 31); até os eventos de entretenimento, como o teatro com diversos personagens e com variados simbolismos apresentado para as crianças e adultos. Assim, personagens como Peneirinha e Miota são marcados por seus trajes característicos e exuberantes. O boi-de-pano destaca-se, entretanto, no âmbito simbólico por representar, mesmo que de forma teatral, a divisão da carne através da repartição de seu tecido:

O boi é sempre acompanhado por um homem vestido de cavaleiro, chamado de capinha, que é seu proprietário, e quem, ao final da brincadeira, vai repartir, em versos, as partes do boi entre os presentes. Aí se dá a representação simbólica da distribuição da carne, que realmente acontece no sábado da Festa. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 77)

Já aqueles elementos que no dossiê aparecem revestindo a cidade, podem ser notados tanto na observação das figuras quanto nas descrições verbais da festa. Acompanhando a construção narrativa do dossiê, podemos perceber que os momentos rituais da festa são demarcados pelas roupagens que ganham a cidade. Assim, no texto verbal, podemos acompanhar como o início da festa é delineado pelo

revestimento olfativo da cidade: “Pelo chão, todos pisam em folhas de canela, que exalam seu cheiro característico no ar” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 87); sua ambiência sonora: “O grande dia é anunciado pela alvorada de sinos e foguetes às seis horas da manhã, acordando a cidade inteira para a Festa” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 87); e, também, pela sua preparação visual:

As ruas estão ornamentadas, assim como a Casa do festeiro, a Igreja e a Praça. Os postes de luz sustentam do alto, quadros e pombas, que irradiam seus raios, representados por fitas em vermelho e branco, as quais quase se podem tocar. É tempo do Espírito Santo. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 30)

A vestimenta da cidade demarca, desse modo, a paisagem festiva. Ademais, essas paisagens características também orientam o acontecimento das celebrações, principalmente na casa do festeiro, na qual se percebe a grande importância da decoração, a composição e localização dos altares.

Dentro desse dossel se coloca uma mesa de tamanho médio e sobre ela, no centro, uma caixa com cerca de trinta centímetros de altura. Esta caixa e a mesa são cobertas com tecido vermelho e, sobre este, toalha rendada. Sobre a caixa é colocada a salva, sobre esta a coroa e o cetro, este, atravessando a coroa em diagonal. Ao lado das insígnias, sobre a mesa, são colocados, um de cada lado, os candelabros de três braços. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 62)

Em alguns momentos da celebração, a vestimenta é descrita em ambos as dimensões, vestindo os participantes e a cidade ao mesmo tempo. Um exemplo disso ocorre durante o ato da coroação do imperador, na qual

[...] os festeiros colocam sobre ele a capa, a sobrecapa, entregam-lhe o cetro, e ele é coroado. Então ele levanta, visivelmente emocionado, e exhibe-se para o povo com a coroa na cabeça. Neste momento, o sino toca e foguetes espocam lá fora. (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 81)

Nesse contexto é possível compreender a maneira como as paisagens sonoras e visuais se completam, despertando sentimentos nos participantes e demarcando um acontecimento importante e único da festa.

Em relação às imagens que compõem o dossiê, podemos observar um protagonismo da cidade no processo ritual da Festa do Divino. Isso ocorre não apenas a partir dos recortes e enquadramentos que são realizados nas fotografias, mas também pelo posicionamento das imagens ao longo do texto e seus diálogos com o conteúdo verbal apresentado.

Neste sentido, um aspecto que já destacamos nessas representações visuais é que no dossiê estão presentes imagens que buscam contrastar a Paraty vestida para a festa com imagens da cidade no seu tempo comum. Essa estratégia parece ter a intenção de demarcar que o patrimônio tombado de Paraty realiza uma transmutação de “paisagem congelada” para um “patrimônio em movimento”, como já debatemos anteriormente em diálogo com Maia (2011). Ao trazer imagens como a de procissões em deslocamento pelas ruas; performances rituais e apresentações artísticas; do “trabalho e esforço coletivo” para ornamentação do andor do Divino; o enfeite de fachadas de casas para a festa; o levantamento de mastros e a montagem de palanques em praças; a composição de altares no interior de igrejas e casa dos festeiros; bem como de momentos em que os rituais e a paisagem se fundem; o dossiê guia uma leitura que nos conduz a perceber as potencialidades de uma cidade que, ao se vestir para a festa, pode ter seus sentidos expandidos a partir da alucinação simbólica (DUVIGNAUD, 1983) que a festa permite.

Não parece ser um acaso, portanto, que a primeira das imagens que aparece no dossiê, após a capa, seja justamente a de “Vista geral da cidade de Paraty” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 08), tomada à distância e de uma perspectiva de cima para baixo. Acompanhando essa mesma lógica, a segunda imagem do dossiê, o “Lugar das procissões religiosas no Centro Histórico” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 15), enquadra uma rua deserta de pessoas e ornamentação festiva, para, a partir de então, iniciar a apresentação das fotos que mostrarão a cidade vestida para a celebração.

Mais uma indicação de como a cidade é vestida para a festa se dá pela associação entre a imagem visual e o texto verbal no documento. A outra das fotografias da cidade sem o destaque da vestimenta festiva que irá aparecer estará localizada na abertura do capítulo 3, último do dossiê, intitulado “Patrimônios que se entrelaçam”. Assim, imediatamente antes da apresentação de uma fotografia frontal da Igreja de Santa Rita, com o aparecimento discreto da ornamentação festiva e sem nenhum ritual ou celebração em acontecimento, o livro ressalta que “[...] a preservação da Cidade Histórica esteve restrita ao seu aspecto físico-arquitetônico, sem considerar os usos e apropriações pelos habitantes, que tem nesse território social suas referências identitárias e culturais”. Logo em seguida ao aparecimento da fotografia, o texto conclui que “há que se considerar que na cidade de Paraty, a vida

sócio-cultural que irradia do Centro Histórico é reproduzida pelas festas religiosas e pagãs que se sucedem ao longo do ano” (DOSSIÊ IPHAN, 2010, p. 08). O encadeamento de imagens que irá dar continuidade ao texto até sua conclusão será, então, para lembrar ao leitor, mais uma vez, que sem a ocorrência da festa e, conseqüentemente, sem sua ornamentação para o momento ritual, a paisagem da cidade se congelará num quadro ordinário que tem os seus sentidos reduzidos e sua contingência interrompida.

Conhecidas as formas como as vestimentas corporais e a ornamentação da cidade são fundamentais para ocorrência da Festa do Divino de Paraty conforme o dossiê do IPHAN, vejamos como isso se processa em relação à festa de Pirenópolis.

4.2 Análise interpretativa do Dossiê da Festa do Divino de Pirenópolis

A pesquisa também teve como foco a análise do dossiê da Festa do Divino de Pirenópolis, documento elaborado nos anos de 2008 e 2009 e apresentado em 2010. A pesquisa realizada para a confecção do dossiê foi coordenada pela Arquitetura, Restauração e Arte Ltda. e contou com documentação visual da Set de Filmagens, empresas contratadas através de licitação. A equipe multidisciplinar que conduziu a pesquisa - composta pelo historiador João Guilherme Curado, pela cientista social Tereza Caroline Lôbo e pelo arquiteto Vanderlei Alcantara Ramos -, esteve sob coordenação executiva de Ana Maria Xavier e técnica da antropóloga Marina de Macedo Soares. Ainda no que diz respeito às autorias, o dossiê de Pirenópolis, tal como o de Paraty, destaca a ampla colaboração dos sujeitos relacionados à festa em sua confecção. Em relação à sua organização, o dossiê pirenopolino possui o total de 168 páginas, divididas entre nove capítulos, além da apresentação e referências.

O fio narrativo do dossiê busca se estruturar tal como a própria composição da festa. Assim, diferentemente do dossiê de Paraty, que concentra a contextualização temporal da festa em seu primeiro capítulo, a inserção histórica da festa de Pirenópolis é diluída durante todo o texto. Dessa forma, nota-se o presente caminhando paralelamente ao passado, visto que, como justificado no texto, aquela é uma celebração passada entre gerações e composta por elementos importantes para a singularização da cidade, razão pela qual é conservada até hoje.

A Festa se confunde com a história e a dinâmica de Pirenópolis. Nela estão envolvidos os diversos atores locais, diversas expressões culturais e são reproduzidas as estruturas sociais que configuram as identidades coletivas e individuais. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 11)

No primeiro capítulo, a conexão entre a festa e a cidade é exposta introduzindo e contextualizando o Divino e Pirenópolis. Dessa forma, nota-se a enorme significância social da festa, visto que

A festa apresenta todos os pressupostos que nos possibilitam entendê-la como um “fato social total”: um sistema de produção e circulação de bens e de dádivas baseado na reciprocidade, que interfere em todas as dimensões da vida social. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 19)

Dessa forma, já nesse capítulo, fica evidente a demarcação do tempo através da paisagem festiva. Assim como em Paraty, “em Pirenópolis, há quem conte o tempo pelas festas. A Festa do Divino Espírito Santo faz parte de uma rede de eventos religiosos que envolve a cidade e seus povoados” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 19). “A cidade faz a festa e a festa faz a cidade” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 13).

A partir do segundo capítulo, cada ritual da celebração é aprofundado e detalhado, sendo perspicaz e minimalista sua descrição. Dessa maneira, podemos acessar uma visão nítida de todo o decorrer da festa, respeitando a ordem exata dos acontecimentos festivos. Um exemplo disso está presente na descrição das cavalhadas, com podemos acompanhar na passagem a seguir:

Nesse momento, todos os cavaleiros mouros se ajoelham diante dos cavaleiros cristãos, que permanecem de pé, encostando, cada um, sua espada sobre os ombros dos vencidos. Os mouros, de um em um, são batizados, em uma cerimônia que é considerada por muitos cavaleiros “o momento mais importante das cavalhadas”. A partir daí, os cavaleiros passam a andar “engrazados”, ou seja, colocando-se de forma alternada cristão/mouro, ou um azul e um vermelho. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 64)

Ademais, durante a análise do dossiê, foi possível notar que o texto, se considerado em relação ao documento de Paraty, trata de maneira menos detalhada as diversas representações de vestimentas, sendo sua imaterialidade e simbolismo menos explorados. Quando especificadas, suas características materiais são apresentadas como objetos imersos no ritual. Desta forma, podemos usar como exemplo o trecho que descreve os mascarados, onde a máscara não é especificada como símbolo significativo, mas sim como objeto ritualístico presente no ritual.

Eles surgem coloridos, brilhantes, com máscaras de capetas, onças e bois que exibem grandes chifres enfeitados de flores, vestidos de cetim, mesmo pano que

cobre e esconde o cavalo. A partir desse momento, os mascarados são da festa, e a festa é dos mascarados. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 71)

Do mesmo modo, os elementos de revestimento festivo da cidade aparecem de forma ocasional. É o que ocorre, por exemplo, em relação aos tapetes que cobrem a cidade durante a procissão de *Corpus Christi* no encerramento das cerimônias do Império do Divino, que aparecem citados uma única vez ao longo do dossiê:

O cortejo, com o novo imperador já coroado, seguiu pela rua Direita, ainda coberta pelo tapete de flores da procissão de *Corpus Christi*, realizada naquela manhã. O altar, montado na melhor sala da casa do imperador, aguardava a coroa. Houve queima de fogos e distribuição de salgados e bebidas à multidão, que acompanhou o cortejo e tomou conta da rua e da casa. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 43)

Apesar da frequência menor de referência aos simbolismos da materialidade da festa, a dimensão da vestimenta na cidade é indicada em diversas passagens do dossiê. Outra diferença qualitativa marca também um contraste entre a maneira como são descritas as materialidades nas festas do Divino nas duas cidades. A compreensão que tivemos é que no caso de Pirenópolis a festa é vestida pelas pessoas, as quais quando vestidas se tornam elementos que colorem, alegram e, o mais importante, dão significado à festa. Isso fica evidente tanto de maneira imagética quanto verbal, o que pode ajudar compreender o porquê as roupas dos participantes são citadas de forma mais genérica, visto que são detalhes de uma vestimenta presente em todos os cantos: o participante. Aspecto que merece menção, inclusive, é que em Pirenópolis, além do corpo humano, o corpo animal também é vestido, sendo ele parte de importantes encenações, como as Cavalhadas e os Mascarados. Nesse sentido, as indumentárias vestem o participante, o participante veste a festa e a festa veste a cidade.

Em relação aos outros elementos que ornamentam e ambientam a festa, assim como em Paraty, Pirenópolis possui uma destacada paisagem sonora. Os foguetes e os sinos, por exemplo, pontuam e comunicam o início da festa e de cada ritual. Além disso, reforçando a análise de que as pessoas vestem a festa, e conseqüentemente a cidade, no âmbito sonoro, a festa tem como principal atração os sons do coral de Nossa Senhora do Rosário, da Banda Phoenix e da Banda de Couro, que participam de novenas e missas. Ademais, a Banda Phoenix compõe diversos outros momentos festivos, dando vida e sonoridade a cada acontecimento:

Com exceção das folias, a Banda Phoenix está presente na maioria das celebrações e eventos que compõem a Festa do Divino [...]. Ela ocupa lugar ritualmente definido em um grande número de eventos ligados ao Império, como cortejos, novena, missas, tocatas na porta da matriz, alvoradas, queimas de fogos e levantamento do mastro do Divino. Nas cavalhadas – e também nas cavalhadinhas – a Banda Phoenix executa as marchas que dão ritmo às encenações entre mouros e cristãos. Ela também participa dos festejos do Reinado sempre que é contratada [...]. (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 103)

Essa percepção de que a cidade é revestida por um conjunto de elementos que vão além das materialidades mais evidentes que ornamentam a fachada das casas ou enfeitam as ruas encontra eco nas reflexões de Roach-Higgins e Eicher (1995), quando essas autoras realizam o exercício de definir o que são as vestimentas. Ainda que em suas reflexões a cidade não seja explorada enquanto um corpo a ser vestido, Roach-Higgins e Eicher (1995) destacam que podemos expandir nossa noção de vestimenta para além do conjunto de objetos que envolvem o corpo humano, podendo considerar como indumentárias também as intervenções e os suplementos que utilizamos em nossos corpos. Assim, se para as autoras um penteado, um perfume ou uma tatuagem constituiriam uma vestimenta tanto quanto uma camisa ou uma saia, consideramos também que faz sentido conceber que, no processo de revestimento de uma cidade, os fogos de artifícios ou as ervas aromatizantes revestem a paisagem da festa tanto quanto as bandeirolas que decoram o espaço aéreo em frente uma igreja, o mastro que singulariza uma praça ou os tapetes de flores que recobrem as ruas com desenhos e inscrições.

No mesmo sentido, podemos considerar que os corpos humanos e equestres, além de serem trajados, acabam por também vestirem as cidades, uma vez que seus deslocamentos pelo espaço, ainda que efêmeros, são capazes de ressaltar, confrontar ou expandir certas mensagens paisagísticas. É a dimensão de corporeidade que aí se estabelece, em que elementos dos corpos se intercambiam com elementos do espaço (SOUSA, 2009). Nessa interação, novos sentidos para um espaço são elaborados a partir da presença de corpos com certas marcações identitárias. Do mesmo modo, novos atributos se somam a certos corpos quando estes circulam por determinadas espacialidades. Dito de outra forma, cabe-nos questionar, tal como Haraway (2009, p. 92), sobre “por que nossos corpos devem terminar na pele? Por que, na melhor das hipóteses, devemos nos limitar a considerar como corpos, além dos humanos, apenas

outros seres também envolvidos pela pele?”. Pensando deste modo, podemos considerar que tanto o corpo passa a vestir a cidade, quanto algumas características da paisagem podem criar um mundo de significados que confere sentido e significado para um corpo vestido. Os dois dossiês analisados nessa pesquisa indicam exatamente esse processo, reconhecendo a partir de especialistas e técnicos do patrimônio essa centralidade que a vestimenta possui para os festeiros do Divino, para o patrimônio cultural das cidades e para a cultura material do país.

Considerações finais

Apesar dos avanços nas políticas patrimoniais neste início de século, muitas ações ainda necessitam ser efetuadas para que critérios mais inclusivos relacionados aos patrimônios culturais ganhem efetividade, sobretudo por o momento atual se apresentar como altamente desfavorável, em função dos insistentes ataques à cultura feitos pelo governo brasileiro. Junto do fortalecimento da defesa de critérios democráticos e das políticas de Estado para a continuidade das ações patrimoniais, outra contribuição possível de cientistas sociais é o de divulgação e análise do amplo esforço feito pelo IPHAN de registro de práticas festivas, religiosas e artísticas e dos modos de saber e fazer de diversos grupos culturais brasileiros. Desse modo, para além das amplas críticas que foram feitas aos Livros de Tombo elaborados pela instituição desde a primeira metade do século XX, avaliamos que é também tempo de as ciências sociais se ocuparem mais ativamente dos Livros de Registro produzidos nos últimos 20 anos. Assim, junto ao exame largamente realizado sobre o trabalho do profissional arquiteto nas práticas de reconhecimento do patrimônio de “pedra e cal”, faz-se necessário também analisarmos criticamente os enquadramentos, as estratégias discursivas e as decisões técnicas tomadas pelos “profissionais da cultura”, como antropólogos e historiadores, responsáveis pela elaboração dos dossiês de registro do IPHAN.

Neste artigo buscamos realizar uma contribuição neste sentido. A partir da análise de como dois conjuntos de especialistas trataram a materialidade da cultura no registro do patrimônio intangível, pudemos entrever como o corpo técnico associado ao IPHAN concebe alguns dos mais importantes objetos rituais das festas:

as vestimentas. No caso da pesquisa, pudemos expandir ainda a vestimenta de sua dimensão de cobertura dos corpos para a de revestimento das cidades patrimoniais.

Pudemos perceber, desse modo, que tanto no dossiê da Festa do Divino de Paraty quanto na de Pirenópolis as festas e suas materialidades acabam por vestir a cidade. Ainda que esta ideia possa parecer demasiadamente metafórica, é que o de fato ocorre: a cidade deixa de ser coberta com uma ambiência da vida comum para ser revestida por elementos que ressaltam e exageram aspectos fundamentais de sua constituição, mas que ficam secundarizados no cotidiano. Assim, a sobriedade que marca a paisagem social ordinária é relaxada para que possam ganhar visibilidade as práticas de sociabilidade que definem as formas de interação para além da vida econômica e das disputas de poder do cotidiano, inserindo esses aspectos em outros quadros de referência. Ganham destaque aí outras dimensões do humano, que na festa confrontam e questionam as razões de suas existências, exterioriza seus desejos e redefine os sentidos da vida compartilhada. Nesse projeto audacioso, mas necessário, que é o de abandonar a individualidade para se conectar ao coletivo, a cidade e seu revestimento não são apenas um cenário em que a festa se localiza. É ela própria parte daquilo que é significado, disputado e reinventado.

A partir das questões debatidas ressaltamos a potencialidade para novos estudos tanto dos dossiês de outras festas que compõem os Livros de Registro, quanto para aprofundamento naqueles que aqui nos ocupamos. É assim que consideramos fundamentais análises dos demais documentos relacionados com a inscrição das festas do Divino, como os vídeos de registro e os pareceres elaborados pela instituição sobre os processos a ela submetidos. Do mesmo modo, ainda que a metodologia de que fizemos uso tenha figurado como aquela que melhor respondia aos nossos objetivos de pesquisa, concebemos que outras perspectivas metodológicas, a exemplo da análise do discurso e da iconografia, podem trazer ainda mais elementos para avançarmos na compreensão das complexas articulações entre as festas, as materialidades e os patrimônios culturais.

Bibliografia

ABREU, Regina. Patrimônio: 'ampliação' do conceito e processos de patrimonialização. In: CURI, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Melo; ORTIZ, Joana Monteiro (orgs).

Questões indígenas e museus: debates e possibilidades. São Paulo: MAC-SP, SESC-SP, 2012. pp. 28-39.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. *Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ [vídeo de registro]: depoimento [24/03/2010]*. IPHAN, 2010. Disponível em: <https://bitly.com/mayvc> Acesso em: ago. 2021.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVALCANTI, Bruno. Novos lugares da festa: tradições e mercado. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 14, p. 10-20, 2013.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: uma antologia I*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. pp. 219-237.

CURADO, João Guilherme; LÔBO, Tereza. Com que roupa eu vou para a festa que você me convidou: vestimentas da festa do divino Espírito Santo em Pirenópolis. In: MAIA, C. E. S.; MOREIRA, J. F. R.; TUMA, R. L. (Orgs.). *Corpos cobertos desnudando espacialidades: vestimenta, roupa, traje, fantasia e moda na geografia*. Jundiaí: Paco, 2021. pp. 185-216.

DOSSIÊ IPHAN. *Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ: Dossiê descritivo de Registro*. Mistério da Cultura: IPHAN, 2010. Elaboração: Livia Ribeiro Lima. Disponível em <https://bitly.com/nNvep> Acesso e: ago. 2021.

DOSSIÊ IPHAN. *Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás*. Brasília, DF: IPHAN, 2017. Disponível em <https://bitly.com/NKdaD> Acesso em: ago. 2021.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza: EdUFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D. J; KUNZRU, H.; SILVA, T. T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. pp. 33-118.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp.191-218.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Paisagens festivas e interações mítico-ritualísticas em práticas tradicionais do catolicismo popular. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 19-35, jul./dez. 2011.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Geografia das vestimentas: dos clássicos às tendências. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 195-2016, maio/ago. 2015.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Jorgeanny. Geografia das Vestimentas: novas linguagens simbólicas para a leitura da paisagem - o caso da Parada LGBT em Goiânia. In: MAIA, C. E. S.; MOREIRA, J. F. R.; TUMA, R. L. (Orgs.). *Corpos cobertos desnudando espacialidades: vestimenta, roupa, traje, fantasia e moda na geografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. pp. 111-140.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As marcas de origem. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2008. pp. 13-24.

ROACH-HIGGINS, Mary Ellen; EICHER, Joanne B. Dress and Identity. In: ROACH-HIGGINS, Mary Ellen; EICHER, Joanne B.; JOHNSON, Kim K. P. (Eds.). *Dress and Identity*. New York: Fairchild Publications, 1995.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. A festa como patrimônio cultural: problemas e dilemas da salvaguarda. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 14, p. 21-30, 2013.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Ensaando a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. *Geografares*, Vitória, v. 7, p. 35-50, 2009.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Vestir para crer: as vestimentas cerimoniais na conformação do lugar festivo do Congado. In: MAIA, C. E. S.; MOREIRA, J. F. R.; TUMA, R. L. (Orgs.). *Corpos cobertos desnudando espacialidades: vestimenta, roupa, traje, fantasia e moda na geografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. pp. 141-183.

TUMA, Raquel Lage. A Vestimenta da noiva: transformando a corporeidade da mulher. In: In: MAIA, C. E. S.; MOREIRA, J. F. R.; TUMA, R. L. (Orgs.). *Corpos cobertos desnudando espacialidades: vestimenta, roupa, traje, fantasia e moda na geografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. pp. 21-54.

Recebido em: 20 jul. 2021

Aceito em: 20 fev. 2022

COMO REFERENCIAR

SOUSA, Patrício Pereira Alves de; SOUZA, Ingrid Moreira. Vestir a cidade de festa: a Festa do Divino Espírito Santo segundo os dossiês de registro do patrimônio cultural. *Latitude*, Maceió, v.16, n. 1, p.164-188, 2022.